

I leve m CÂMARA DOS DEPUTADOS - GAB. PERNANDO CHULRE

Projeto de Lei n.º 3.118, de 2008, do Poder Executivo

Emenda de Plenário

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.

Emenda Modificativa

Dê-se às alíneas "b" e "e", do inciso II, do art. 23, do presente Projeto de Lei, as seguintes redações

"Art. 23		nie.
II		
b)	documento ou contrato de formalização de constituição do "Pocomo Sociedade em Conta de Participação, ou de outra forma empresária para a exploração turística do empreendimento;	
e)	documento comprobatório de enquadramento sindical, conforsindical vigente, exigível a contar da eficácia do segundo de celebrado na vigência da presente Lei;	

JUSTIFICAÇÃO

A redação atual da alínea "b", do inciso II, do art. 23, prevê a exigência do número de Unidades Habitacionais (UH), com pelo menos, 2/3 (dois terços) dos apartamentos do edifício como participantes do "Pool de Locação" o que fere o direito de propriedade, já que, para pertencer a um "Pool de Locação", o condômino proprietário dependeria de outros condôminos para compô-lo e não havia essa regra para formatação do "Pool" quando o empreendimento fora vendido. A grande maioria dos empreendimentos, lançados em um passado recente, não possui apartamentos em grande quantidade no "Pool de Locação, pois os projetos da época contemplavam apartamentos com áreas úteis razoáveis e muitos proprietários os utilizam como moradia.

Quanto à alínea "e", por estar atrelada à alínea "b", pretende estabelecer a obrigatoriedade de enquadramento sindical da categoria, na atividade de hotéis. Assim, a presente emenda propõe nova redação para esta alínea, a fim de que o enquadramento da categoria possa ser efetuado Jeonforme legislação sindical vigente".

Sala das Sessõe

de

éputádo